

Exame Final Nacional de Economia A
Prova 712 | 1.ª Fase | Ensino Secundário | 2026

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho | Decreto-Lei n.º 62/2023, de 25 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

16 Páginas

VERSÃO 2

A prova inclui 16 itens, devidamente identificados no enunciado (*), cujas respostas contribuem obrigatoriamente para a classificação final. Dos restantes 6 itens da prova, apenas contribuem para a classificação final os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.

As respostas aos itens da prova são registadas no caderno de respostas.

É permitido o uso de calculadora não alfanumérica, não programável.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Assinale, na folha de respostas, a opção selecionada.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta o desenvolvimento dos conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina, a integração da informação contida nos documentos e a clareza do discurso.

- * 1. Uma câmara municipal contraiu um empréstimo junto de uma instituição financeira, no valor de 93 000 euros, para a aquisição de um autocarro a uma empresa não financeira, pelo mesmo valor. O montante do empréstimo foi depositado na conta bancária da câmara municipal, de acordo com a modalidade do financiamento negociado.

Selecione, com base na situação apresentada, a afirmação que utiliza corretamente os conceitos de «fluxo real» e de «fluxo monetário».

- (A) A entrega às administrações públicas do autocarro por parte da empresa não financeira representa um fluxo monetário, e a entrega do valor do empréstimo às administrações públicas representa um fluxo real.
- (B) A entrega do valor do empréstimo concedido pela instituição financeira às administrações públicas representa um fluxo real, e a entrega do autocarro às administrações públicas representa um fluxo monetário.
- (C) Para as administrações públicas, o pagamento do autocarro representa um fluxo real, e a entrega do valor do empréstimo pela instituição financeira às administrações públicas representa um fluxo monetário.
- (D) Para as administrações públicas, o pagamento do autocarro representa um fluxo monetário, e a entrega às administrações públicas do autocarro por parte da empresa não financeira representa um fluxo real.

- * 2. Considere as afirmações seguintes, exemplificativas de algumas operações de investimento promovidas pelas empresas de um determinado país, num dado ano económico.

- I. As empresas recorreram a um financiamento externo para desenvolverem soluções de inteligência artificial (IA), que proporcionaram a melhoria da qualidade dos serviços prestados.
- II. As empresas utilizaram parte dos lucros retidos para a ampliação das instalações fabris.
- III. As empresas utilizaram parte das receitas provenientes das vendas para repor as existências (matérias-primas, matérias subsidiárias e embalagens) no armazém.

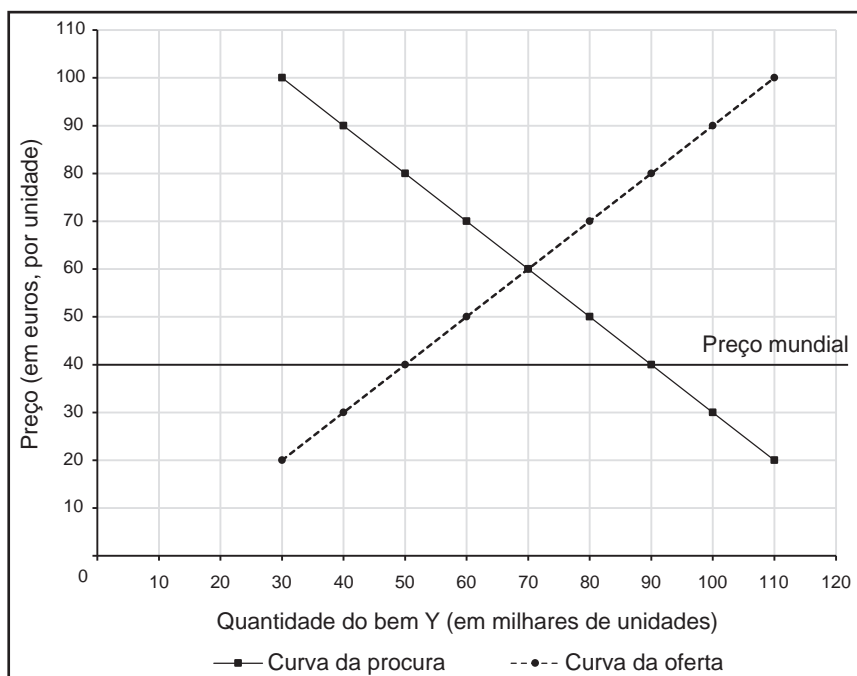
No contexto das funções desempenhadas pelo investimento na atividade económica, é correto afirmar que as afirmações

- (A) III e II se referem, respetivamente, a um investimento de aumento da capacidade produtiva e a um investimento de inovação.
- (B) II e III se referem, respetivamente, a um investimento de inovação e a um investimento de substituição.
- (C) II e I se referem, respetivamente, a um investimento de aumento da capacidade produtiva e a um investimento de inovação.
- (D) I e II se referem, respetivamente, a um investimento de inovação e a um investimento de substituição.

* 3. Leia o texto seguinte.

Considere que, na pequena economia de um determinado país, sem capacidade de influenciar o preço do bem Y no mercado mundial, as autoridades decidiram liberalizar o comércio deste bem, abrindo as suas fronteiras aos produtores do resto do mundo.

Gráfico 1 – Mercado do bem Y de um determinado país



Os produtores do resto do mundo, por serem mais competitivos, conseguem colocar cada unidade desse bem no mercado nacional deste país ao preço de 40 euros (Gráfico 1). Após a liberalização, os produtores nacionais ficaram desagradados, porque gostariam de continuar a praticar um preço unitário de 60 euros.

Face ao desagrado manifestado pelos produtores nacionais do bem Y, as autoridades deste país optaram por aplicar uma tarifa no valor de 10 euros sobre o preço mundial, por unidade importada do bem Y. Além dos produtores externos, que obviamente saem prejudicados, na economia deste país, quem ganha e quem perde com a aplicação da tarifa?

Baseado em: Nuno Crespo e Nádía Simões, *Uma Viagem ao Mundo das Ideias Económicas*, 1.ª ed., Lisboa, Conjuntura Actual, 2021, p. 92.

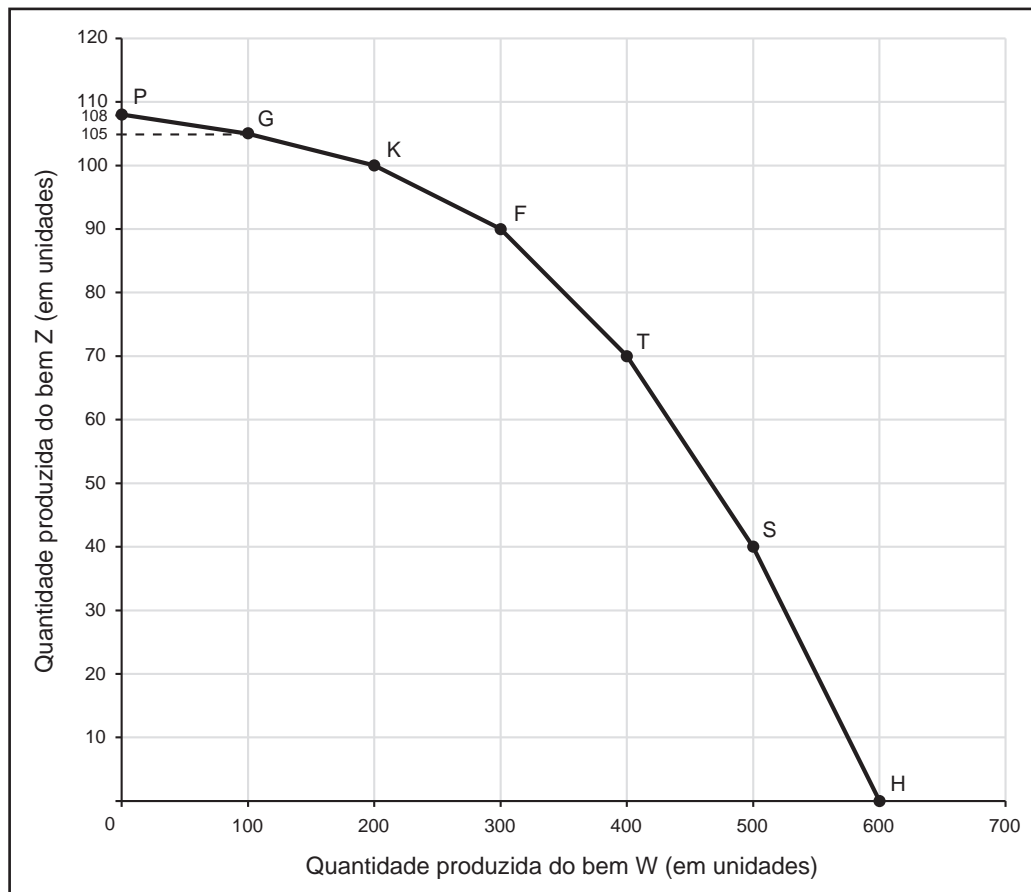
Analise, com base no texto e no Gráfico 1, o impacto da política comercial nesta economia, explicitando:

- o efeito na quantidade oferecida pelos produtores nacionais deste país em resultado da passagem de uma política comercial de livre comércio para uma política comercial protecionista (aplicação de uma tarifa de 10 euros por unidade importada do bem Y);
- o contributo da tarifa sobre a importação do bem Y para a situação orçamental das administrações públicas deste país, considerando-se tudo o resto constante.

Na sua resposta, utilize os valores apresentados.

4. Considere que uma empresa produtora dos bens W e Z utiliza, mensalmente, de forma eficiente, a totalidade dos seus fatores de produção (11 000 horas de trabalho e 7 máquinas). Os pontos assinalados no Gráfico 2 estabelecem a relação entre a quantidade produzida de um bem e a quantidade máxima produzida do outro bem, quando a empresa utiliza de forma eficiente a totalidade dos seus fatores produtivos.

Gráfico 2 – Combinações das quantidades produzidas dos bens W e Z



Fonte: © EduQA 2026

- * 4.1. Selecione, com base na situação descrita e nos dados apresentados no Gráfico 2, a opção que utiliza corretamente o conceito de custo de oportunidade, medido em unidades do bem Z.
- (A) Nesta empresa, a decisão de aumentar consecutivamente a produção do bem W em 100 unidades envolve um custo de oportunidade constante.
 - (B) Nesta empresa, a decisão de aumentar consecutivamente a produção do bem W em 100 unidades envolve um custo de oportunidade crescente.
 - (C) O custo de oportunidade de produzir mais 100 unidades do bem W, quando a empresa passa do ponto P para o ponto G, é superior ao custo de oportunidade de produzir mais 100 unidades desse bem, quando a empresa passa do ponto G para o ponto K.
 - (D) O custo de oportunidade de produzir mais 100 unidades do bem W, quando a empresa passa do ponto K para o ponto F, é igual ao custo de oportunidade de produzir mais 100 unidades desse bem, quando a empresa passa do ponto F para o ponto T.

4.2. Considere que a referida empresa regista, mensalmente, como custos de produção, 6 euros por hora de trabalho e 500 euros por máquina. A empresa consegue comercializar os bens W e Z, respetivamente, a 400 euros por unidade e a 700 euros por unidade.

Selecione, com base na situação descrita e nos dados apresentados no Gráfico 2, a opção que completa corretamente o texto seguinte.

Nesta empresa, o valor da produção, em euros, no ponto F é inferior ao valor da produção, em euros, no _____, e o custo total de produção é _____ quando passamos do ponto P para o ponto G.

- (A) ponto T ... superior
- (B) ponto K ... o mesmo
- (C) ponto T ... o mesmo
- (D) ponto K ... superior

* 5. O número de trabalhadores remotos (nómadas digitais) tem vindo a aumentar em Portugal. Estes trabalhadores, residentes em Portugal, mas contratados por empresas residentes no resto do mundo, receberam salários que ascenderam a 1,7 mil milhões de euros, em 2024, segundo o Banco de Portugal.

Com base na situação descrita, podemos afirmar que, em Portugal, o valor desses salários foi registado a

- (A) crédito na balança de rendimento secundário.
- (B) crédito na balança de rendimento primário.
- (C) débito na balança de capital.
- (D) débito na balança de serviços.

6. A Tabela 1 apresenta coeficientes orçamentais por agregado familiar, em Portugal e por grau de urbanização, em 2022/2023.

Tabela 1 – Coeficientes orçamentais por agregado familiar
(em % do total da despesa média anual em consumo)

	Portugal	Área urbana	Área rural
Produtos alimentares	12,9	12,2	15,7
Habituação	39,3	40,7	34,0
Serviços de educação	1,4	1,6	0,6

Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito às Despesas das Famílias 2022/2023*, in www.ine.pt (consultado em setembro de 2025). (Adaptado)

Considere que, em 2022/2023, em Portugal, os agregados familiares efetuaram, em média, poupanças correspondentes a 6,3% do seu rendimento disponível médio anual.

- * **6.1.** Explique, com base nos dados apresentados na Tabela 1 e no pressuposto da verificação da lei de Engel, as diferenças esperadas entre o rendimento disponível médio anual dos agregados familiares da área urbana e dos agregados familiares da área rural, em Portugal, em 2022/2023.

Na sua resposta, utilize o coeficiente orçamental «produtos alimentares».

- * **6.2.** Complete o texto seguinte, selecionando a opção adequada para cada espaço, de acordo com os dados apresentados na Tabela 1 e na situação descrita.

Assinale, na folha de respostas, para cada letra, o número da opção selecionada.

Em Portugal, os agregados familiares gastaram, por cada 1000 euros **(a)**, 393 euros em habitação. Estas despesas envolveram, entre outras, o consumo de água para fins alimentares, que representou um consumo **(b)** e satisfez uma necessidade **(c)**. Em Portugal, a escola pública, ao garantir o acesso de todos os cidadãos à escolaridade obrigatória, independentemente do nível de rendimento dos agregados familiares, é um exemplo da ação do Estado na promoção da **(d)**.

(a)	(b)	(c)	(d)
(1) do total da despesa média anual em consumo	(1) terciário	(1) supérflua	(1) eficácia
(2) do rendimento disponível médio anual	(2) intermédio	(2) primária	(2) equidade
(3) do salário anual líquido por trabalhador	(3) final	(3) terciária	(3) estabilidade

7. A Tabela 2 apresenta valores relativos à evolução do índice de preços no consumidor (IPC), em Portugal, no período de 2021 a 2024.

Tabela 2 – Taxa de variação média anual do índice de preços no consumidor
(em %)

2021	2022	2023	2024
1,27	7,83	4,31	2,42

Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal – 2024*, in www.ine.pt
(consultado em outubro de 2025). (Adaptado)

7.1. Selecione a opção que corresponde à interpretação correta dos dados apresentados na Tabela 2.

- (A) No período de 2022 a 2024, ocorreu, em Portugal, uma redução consecutiva do nível médio de preços.
- (B) Em 2022, em Portugal, em média, os preços dos bens e serviços que integram o cabaz de compras do consumidor atingiram os valores máximos, no período considerado.
- (C) No período de 2021 a 2024, ocorreu, em Portugal, um aumento consecutivo do nível médio de preços no consumidor.
- (D) Em 2021, em Portugal, em média, os preços dos bens e serviços que integram o cabaz de compras do consumidor decresceram, comparativamente com 2020.

* 7.2. Com base nos dados apresentados na Tabela 2, e considerando como ano base 2023, podemos afirmar que, em Portugal, em 2021, o valor, arredondado às centésimas, do IPC, foi

- (A) 88,91.
- (B) 92,17.
- (C) 87,86.
- (D) 91,58.

*** 8.** Leia o texto seguinte.

As desigualdades na Área Metropolitana de Lisboa (AML) são cada vez mais multidimensionais e aí, além das componentes económicas, intercetam-se desigualdades étnico-raciais, de género e até geracionais, que se refletem no mercado habitacional. O extraordinário aumento dos preços da habitação, ocorrido nos anos recentes, compromete o acesso pleno à cidade de um número diversificado e relevante de grupos sociais – como é o caso dos jovens ou de uma parte considerável de pessoas provenientes das classes médias. Este e outros processos refletem-se no empobrecimento das populações e na sua deslocação para áreas cada vez mais limítrofes da Grande Lisboa, reforçando as desigualdades económicas e sociais.

Baseado em: Pedro Adão e Silva, *Relatório do Estado da Nação: A Descentralização e a Desconcentração das Políticas Públicas*, 1.ª ed., Lisboa, IPPS-ISCTE, 2025, pp. 33-34.

O texto salienta a dificuldade de acesso à habitação na Grande Lisboa, à semelhança do que acontece nas outras grandes cidades de Portugal, por vários grupos sociais, acentuando as desigualdades económicas e sociais.

Nesse sentido, considere que, na qualidade de técnico da Administração Pública, no âmbito da definição de políticas económicas e sociais, tem a tarefa de propor medidas ao governo, tendo por base o objetivo seguinte:

– promover o acesso à habitação nas grandes cidades.

De acordo com o objetivo apresentado, proponha duas medidas, explicando de que modo cada uma delas contribui para a redução das desigualdades económicas e sociais.

9. A Tabela 3 apresenta, para um determinado país, valores relativos à taxa de variação nominal anual das exportações de bens.

Tabela 3 – Taxa de variação nominal anual das exportações de bens (em %)

2022	2023	2024	2025
-1,0	2,5	-2,0	1,5

Fonte: © EduQA 2026

Selecione, com base nos dados apresentados na Tabela 3, a opção que analisa corretamente a evolução da taxa de cobertura das importações de bens pelas exportações de bens, neste país.

- (A) Em 2022, face a 2021, o valor da taxa de cobertura das importações de bens pelas exportações de bens teria diminuído, se o valor nominal das importações de bens tivesse diminuído 1,0%.
- (B) Em 2023, face a 2022, o valor da taxa de cobertura das importações de bens pelas exportações de bens teria aumentado, se o valor nominal das importações de bens tivesse aumentado mais de 2,5%.
- (C) Em 2024, face a 2023, o valor da taxa de cobertura das importações de bens pelas exportações de bens teria aumentado, se o valor nominal das importações de bens tivesse diminuído 2,0%.
- (D) Em 2025, face a 2024, o valor da taxa de cobertura das importações de bens pelas exportações de bens teria diminuído, se o valor nominal das importações de bens tivesse aumentado mais de 1,5%.

- * 10. A Figura 1 e o texto seguinte apresentam os fluxos trimestrais relativos ao mercado de trabalho, em Portugal, do primeiro trimestre (1.º T) para o segundo trimestre (2.º T) de 2025, e o número de indivíduos desempregados no 2.º T desse ano.

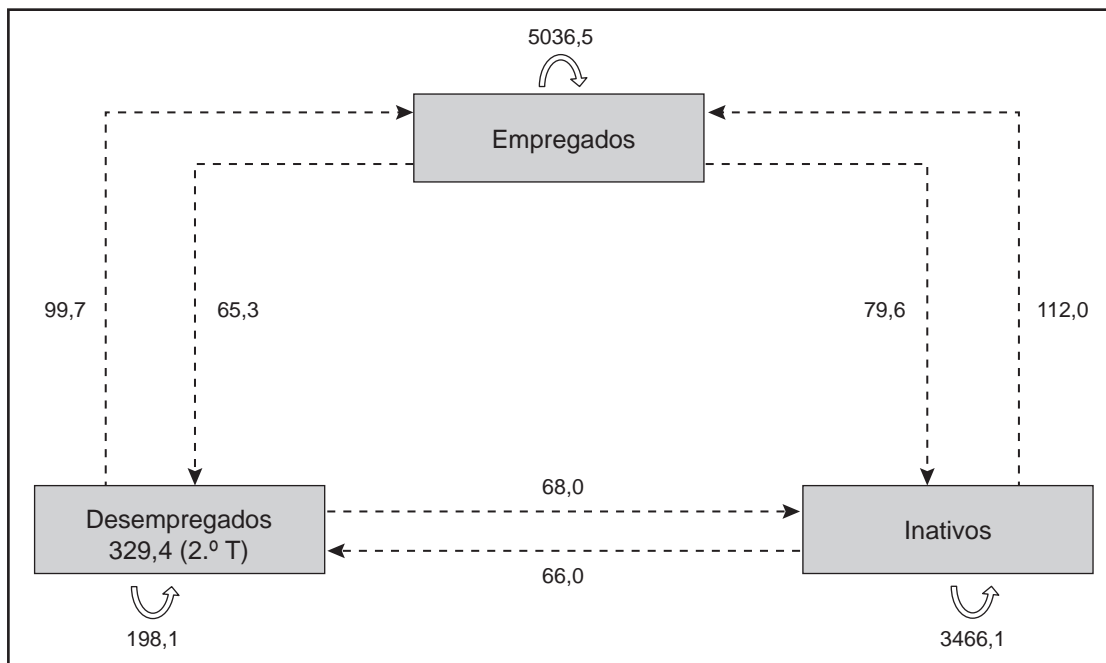


Figura 1 – Indicadores e fluxos do mercado de trabalho (em milhares de indivíduos)

Do total de indivíduos que estavam desempregados no 1.º T de 2025, 198,1 milhares de indivíduos permaneceram desempregados no 2.º T desse ano. A estes juntaram-se 65,3 milhares de indivíduos que perderam o emprego e 66,0 milhares de indivíduos que deixaram de ser considerados inativos. Assim, no 2.º T de 2025, existiam em Portugal 329,4 milhares de desempregados.

Baseado em: Instituto Nacional de Estatística, *Destaque*, 13 de agosto de 2025, in www.ine.pt (consultado em outubro de 2025).

Selecione a afirmação que apresenta corretamente o valor de um dos indicadores do mercado de trabalho, em Portugal, no 2.º T de 2025, com base nos dados fornecidos.

- (A) O número de indivíduos inativos era 3545,7 milhares.
- (B) O número de indivíduos inativos era 3644,1 milhares.
- (C) O número de indivíduos ativos era 5577,6 milhares.
- (D) O número de indivíduos ativos era 5234,6 milhares.

11. A Tabela 4 apresenta alguns indicadores das contas nacionais portuguesas, para os anos de 1993, 2003, 2013 e 2023.

Tabela 4 – Indicadores das contas nacionais
(em milhões de euros)

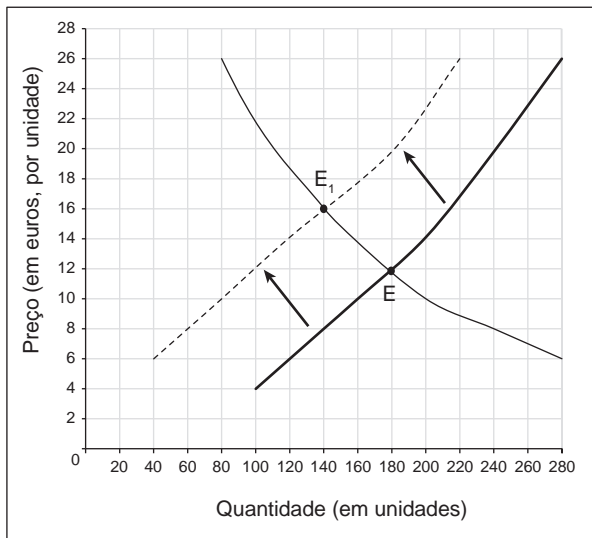
	1993	2003	2013	2023
Remunerações dos assalariados	37 703,3	69 832,1	76 603,3	126 231,1
Excedente bruto de exploração / / Rendimento misto bruto	31 132,6	58 820,4	73 356,5	106 212,0
Rendimento nacional bruto a preços de mercado (RNBpm)	76 654,0	144 603,2	168 218,0	260 821,4
Produto interno bruto a preços de mercado (PIBpm)	76 065,1	146 067,9	170 675,6	267 923,2

Instituto Nacional de Estatística, *Séries Longas para a Economia Portuguesa – outubro de 2024*,
in www.ine.pt (consultado em outubro de 2025). (Adaptado)

- 11.1. Selecione, com base nos dados apresentados na Tabela 4, a afirmação que avalia corretamente, para a economia portuguesa, a evolução do saldo dos rendimentos primários com o resto do mundo (SRRM).
- (A) O SRRM foi superavitário em 1993 e deficitário em 2013.
 - (B) Os rendimentos primários recebidos do resto do mundo foram superiores aos rendimentos primários pagos ao resto do mundo, em 2003 e em 2013.
 - (C) Os rendimentos primários recebidos do resto do mundo foram inferiores aos rendimentos primários pagos ao resto do mundo, em 1993 e em 2013.
 - (D) O SRRM foi deficitário em 2003 e superavitário em 2013.
- 11.2. Com base nos dados apresentados na Tabela 4, em Portugal, em 2023, o valor dos impostos líquidos de subsídios sobre a produção e importação foi
- (A) 35 480,1 milhões de euros.
 - (B) 28 378,3 milhões de euros.
 - (C) 18 258,2 milhões de euros.
 - (D) 42 581,9 milhões de euros.

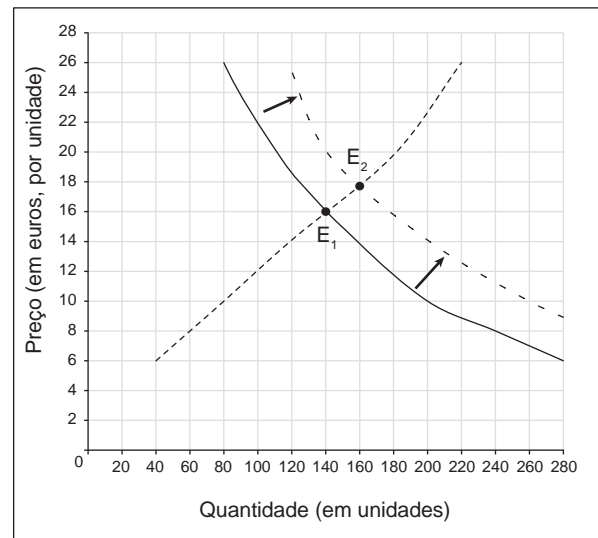
- * 12. Os gráficos 3 e 4 apresentam curvas da procura e da oferta do mercado de concorrência perfeita do bem X, num determinado país, em 2024 e em 2025.

Gráfico 3 – Mercado do bem X, em 2024



Fonte: © EduQA 2026

Gráfico 4 – Mercado do bem X, em 2025



Fonte: © EduQA 2026

O Gráfico 3 apresenta a situação de equilíbrio inicial e as alterações ocorridas no mercado do bem X, em 2024. O Gráfico 4 apresenta as alterações ocorridas no mercado do bem X, em 2025, considerando que, nesse ano, a situação inicial neste mercado correspondia à situação existente no final de 2024.

Considere as afirmações seguintes, relativas aos gráficos 3 e 4.

- I. Em 2024, no mercado do bem X, ocorreu um aumento do preço de equilíbrio e da quantidade transacionada, na sequência da redução da oferta desse bem, considerando-se tudo o resto constante.
- II. Em 2024, o aumento do custo de produção do bem X provocou um aumento do preço de equilíbrio e uma redução da quantidade transacionada no mercado desse bem, considerando-se tudo o resto constante.
- III. Em 2024, a redução da oferta originou, ao preço de equilíbrio inicial, um excesso de procura no mercado do bem X, considerando-se tudo o resto constante.
- IV. Em 2025, o aumento da procura originou, ao preço de equilíbrio inicial, um excesso de oferta no mercado do bem X, considerando-se tudo o resto constante.
- V. Em 2025, a redução do preço de um bem complementar do bem X provocou um aumento do preço de equilíbrio e da quantidade transacionada do bem X, considerando-se tudo o resto constante.

Selecione as **três** afirmações que apresentam as únicas possibilidades de análise correta dos gráficos 3 e 4.

Assinale, na folha de respostas, as opções seleccionadas.

13. Leia o texto seguinte.

O imposto sobre o valor acrescentado (IVA) é um imposto que permite uma elevada receita fiscal e que, quando comparado com instrumentos que tributam o rendimento, tem menores efeitos na afetação dos recursos produtivos. No entanto, por ser aplicado independentemente do rendimento de cada consumidor, não é o instrumento mais adequado para promover a redistribuição. As políticas redistributivas devem, preferencialmente, assentar na progressividade dos impostos sobre o rendimento, como o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), e nos benefícios sociais. Assim, eventuais alterações ao IVA devem ser articuladas com os outros instrumentos fiscais, nomeadamente o IRS, tendo em consideração questões de equidade e de eficiência, sem comprometer a sustentabilidade das finanças públicas.

Banco de Portugal, *Boletim Económico – junho de 2025*,
in www.bportugal.pt (consultado em setembro de 2025). (Texto adaptado)

* 13.1. Explícite, com base no texto, as diferenças entre a utilização do IVA e a utilização do IRS, no que respeita à equidade.

* 13.2. Em Portugal, as receitas públicas resultam, entre outras, da cobrança de impostos e da venda de património do Estado.

Com base no texto e na afirmação anterior, podemos classificar as receitas

- (A) do IVA e da venda de prédios rústicos e urbanos como receitas correntes do Estado.
- (B) do IRS e da venda de prédios rústicos e urbanos como receitas de capital do Estado.
- (C) do IVA e do IRS como receitas de capital, e as receitas da venda de prédios rústicos e urbanos como receitas correntes do Estado.
- (D) do IVA e do IRS como receitas correntes, e as receitas da venda de prédios rústicos e urbanos como receitas de capital do Estado.

- * 14. A Tabela 5 apresenta dados relativos às contas agrícolas, em Portugal, em 2023.

Tabela 5 – Valores das contas agrícolas
(em milhares de euros)

Produção do ramo agrícola ¹			Consumo intermédio do ramo agrícola ¹
Produção de bens agrícolas		Outra produção	
Produção vegetal	Produção animal		
7 339 260	4 163 290	726 860	7 890 170

Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal – 2024*,
in www.ine.pt (consultado em setembro de 2025). (Adaptado)

¹ Valores calculados a preços de base

Considere que, em 2023, a agricultura empregava 313 916 trabalhadores.

Calcule, com base nos dados fornecidos, o valor acrescentado bruto (VAB) por trabalhador do ramo agrícola, em 2023.

Apresente a fórmula usada e todos os cálculos efetuados.

Apresente o resultado final em milhares de euros por trabalhador, arredondado às décimas.

- * 15. Suponha que, na data relevante para a seleção de países candidatos à adesão à área do euro, se verificou que, no ano anterior, nos três países da União Europeia com melhores resultados em termos de estabilidade de preços:

– a média das taxas de inflação foi 1,2%;

– a média das taxas de juro nominais de longo prazo foi 2,6%.

Com base na situação apresentada, e tendo em consideração os critérios de convergência nominal, definidos no Tratado de Maastricht, assinado em 1992, para a adesão à área do euro, podemos afirmar que seria selecionado para a área do euro um país que apresentasse uma taxa de inflação

(A) igual a 3,2% e uma taxa de juro nominal de longo prazo igual a 4,1%.

(B) igual a 3,1% e uma taxa de juro nominal de longo prazo igual a 5,2%.

(C) igual a 2,1% e uma taxa de juro nominal de longo prazo igual a 5,6%.

(D) igual a 2,5% e uma taxa de juro nominal de longo prazo igual a 4,3%.

- * 16. O texto e a Tabela 6 apresentam dados relativos ao rendimento disponível dos particulares (RDP), em Portugal, no período de 2022 a 2024.

Em Portugal, no período de 2022 a 2024, o aumento nominal do rendimento disponível dos particulares, de acordo com dados do Banco de Portugal, deveu-se, sobretudo, ao crescimento do emprego em 3,6% e ao aumento dos salários, negociados num contexto de inflação elevada. Salienta-se que, no mesmo período, a taxa de variação do índice de preços no consumidor (IPC) foi 6,8%, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística.

Tabela 6 – Rendimento disponível dos particulares e suas componentes, em termos nominais

	Peso¹ (em % do RDP)	Taxa de variação nominal (em %)
	2022	2022-2024
Remunerações do trabalho	68,5	21,0
Rendimentos de empresa e propriedade	29,7	14,5
Prestações sociais e outras transferências correntes	32,6	13,1
Impostos diretos	10,5	3,8
Contribuições sociais	20,4	18,2
RDP	100,0	18,9

Banco de Portugal, *Boletim Económico – junho de 2025*, in www.bportugal.pt (consultado em setembro de 2025). (Adaptado)

¹ Valor aproximado

Explicite, com base na informação fornecida, a evolução real do RDP, em Portugal, em 2024, face a 2022, considerando:

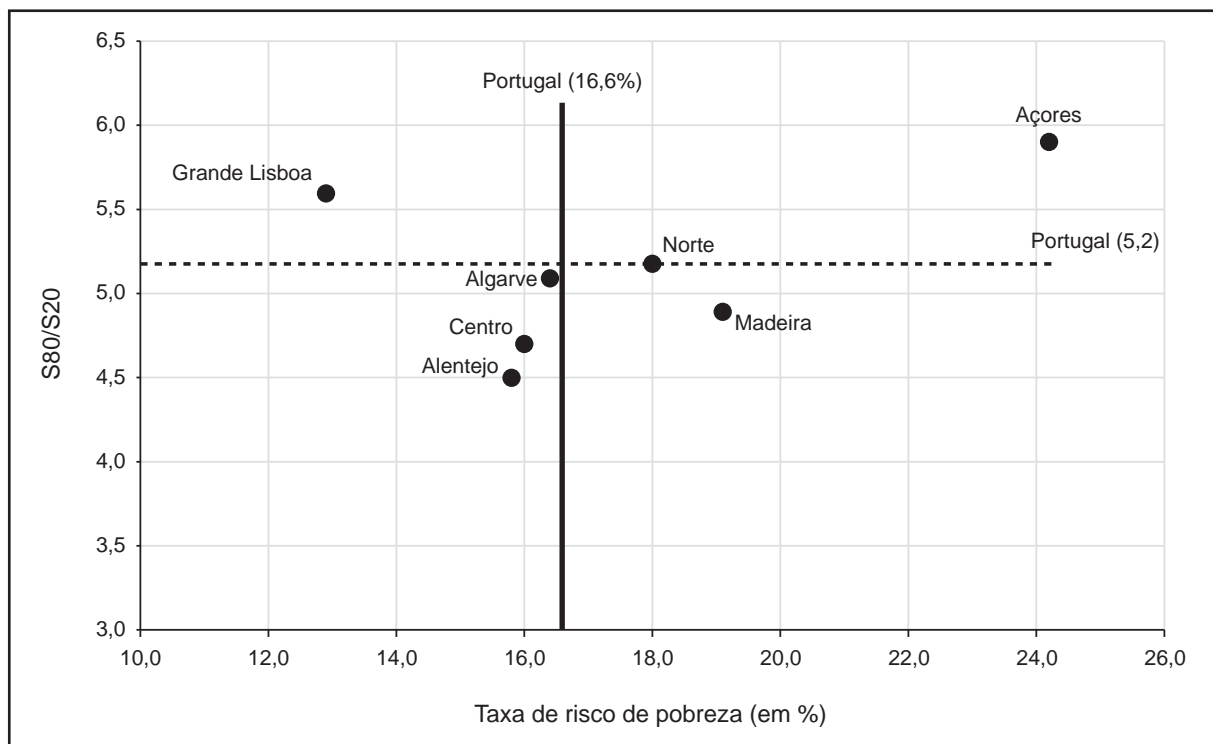
- a evolução nominal do RDP e da componente que mais contribuiu para o sentido dessa evolução;
- o contributo da evolução nominal do RDP e da evolução do IPC para a evolução real do RDP.

17. O Gráfico 5 apresenta informação relativa à pobreza e à desigualdade na distribuição dos rendimentos, em Portugal e em algumas das suas regiões, em 2023. O texto seguinte estabelece a distinção entre os conceitos de pobreza e de desigualdade.

A pobreza é uma condição individual que traduz uma insuficiência de recursos – definido o critério, cada indivíduo ou agregado é classificado como pobre ou não. Já a desigualdade é uma característica da distribuição dos rendimentos, e não dos indivíduos.

Banco Português de Investimento, Fundação «La Caixa» e Nova School of Business & Economics, *Portugal, Balanço Social 2023, Relatório Anual*, in www.novasbe.unl.pt (consultado em novembro de 2025). (Texto adaptado)

Gráfico 5 – Taxa de risco de pobreza¹ e S80/S20, em Portugal e em algumas das suas regiões



Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal – 2024*, in www.ine.pt (consultado em setembro de 2025). (Adaptado)

¹ A taxa de risco de pobreza foi calculada após as transferências sociais.

Selecione a opção que resulta da interpretação correta da informação apresentada no Gráfico 5.

- (A) As regiões do Centro e da Grande Lisboa registaram uma desigualdade na distribuição dos rendimentos superior ao valor médio registado em Portugal.
- (B) Na região da Madeira, a taxa de risco de pobreza foi superior à referida taxa nas regiões do Algarve e do Norte.
- (C) As regiões da Madeira e do Centro registaram taxas de risco de pobreza inferiores ao valor médio registado em Portugal.
- (D) Na região do Norte, existiu uma menor desigualdade na distribuição dos rendimentos do que na região do Alentejo.

FIM

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 16 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.	1.	2.	3.	4.1.	5.	6.1.	6.2.	7.2.	8.	10.	12.	13.1.	13.2.	14.	15.	16.	Subtotal
Cotação (em pontos)	16 × 10 pontos																160
Destes 6 itens, contribuem para a classificação final da prova os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.	4.2.	7.1.	9.	11.1.	11.2.	17.											Subtotal
Cotação (em pontos)	4 × 10 pontos																40
TOTAL																	200